

Assembleia Legislativa realiza sessão solene em homenagem às mulheres

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (Alero) realizou, nesta semana, uma Sessão Solene em homenagem às mulheres, por iniciativa da deputada estadual Dra. Taissa Sousa (Podemos). A solenidade teve como objetivo reconhecer e valorizar mulheres que se destacam em diversas áreas no estado.

Página 02



Comissão aprova redução de tributos sobre calcário para uso agrícola Página 05

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 4992 - Rondônia, sexta-feira, 20 de Março de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Senado aprova uso imediato de tornozeleira por agressor de mulher

Delegado poderá determinar uso de tornozeleira em cidades sem juiz Página 07

2

Alex Redano pede operação tapa-buracos urgente na RO-205 entre Cujubim e a BR-364



Foto: Divulgação

8

Governo de RO realiza entrega de 60 veículos ao Detran-RO na segunda-feira (23)



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Assembleia Legislativa realiza sessão solene em homenagem às mulheres



A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (Ale-ro) realizou, nesta semana, uma Sessão Solene em homenagem às mulheres, por iniciativa da deputada estadual Dra. Taissa Sousa (Podemos). A solenidade teve como objetivo reconhecer e valorizar mulheres que se destacam em diversas áreas no estado.

O evento homenageou,

de forma especial, atletas das equipes femininas Miners Sports, além de servidoras da Polícia Civil e da Defensoria Pública do estado de Rondônia, destacando o papel fundamental dessas profissionais no esporte, na segurança pública e na garantia de direitos à população.

A cerimônia contou com a presença de autoridades,

convidados e familiares das homenageadas, que acompanharam um momento marcado por emoção, reconhecimento e valorização do protagonismo feminino.

Durante seu pronunciamento, a deputada Dra. Taissa reforçou a importância de reconhecer o trabalho e a dedicação das mulheres que contribuem diariamente para o desenvolvimento

da sociedade.

“Essa homenagem é uma forma de valorizar mulheres que fazem a diferença, que enfrentam desafios e que, com coragem e determinação, constroem uma sociedade melhor para todos nós”, destacou.

A parlamentar também reafirmou o compromisso do seu mandato em apoiar ações e políticas públicas

voltadas ao fortalecimento das mulheres em Rondônia.

A sessão solene integrou as ações em alusão ao mês da mulher, reforçando a importância da valorização feminina e do reconhecimento de suas conquistas em diferentes áreas.

Texto: Assessoria Parlamentar

Foto: Thyago Lorentz | Secom ALE/RO

Alex Redano pede operação tapa-buracos urgente na RO-205 entre Cujubim e a BR-364



O deputado estadual Alex Redano (Republicanos) apresentou uma indicação ao Governo de Rondônia solicitando, com urgência, a

realização de operação tapa-buracos na RO-205, no trecho que liga o distrito de Cujubim à BR-364.

A iniciativa também foi

encaminhada ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER), com o objetivo de garantir melhorias imediatas

nas condições de trafegabilidade da rodovia, que atualmente apresenta diversos pontos críticos ao longo do percurso.

De acordo com o parlamentar, a situação da estrada tem colocado em risco a segurança de motoristas, motociclistas e demais usuários que dependem da via no dia a dia. “São muitos buracos ao longo do trecho, o que aumenta significativamente o risco de acidentes”, destacou.

Alex Redano (Republicanos) ressaltou ainda que os problemas na rodovia impactam diretamente a

economia local. Produtores rurais, comerciantes e moradores enfrentam dificuldades para escoar a produção, além de prejuízos no transporte escolar e no acesso a serviços essenciais, como saúde.

O deputado reforçou a importância de uma ação rápida por parte do Governo do Estado e do DER, visando garantir mais segurança, mobilidade e qualidade de vida para a população que utiliza a RO-205.

Texto: Mateus Andrade | Jornalista

Foto: Thyago Lorentz | Secom ALE/RO



Com investimento do governo de RO a sinalização viária avança em Jarú e amplia a segurança no trânsito

A sinalização viária no município de Jarú já começa a apresentar os impactos positivos na organização do trânsito nas vias urbanas. O investimento superior a R\$ 3,3 milhões do governo de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO) firmado pelo Termo de Convênio nº 233/2025/PGE-DETRAN, foi iniciado há cerca de 30 dias.

A iniciativa é resultado de convênio firmado entre o Detran-RO e a Prefeitura de Jarú, contemplando a implantação de sinalização vertical,

horizontal e semafórica em diversos pontos da cidade, priorizando locais com maior registro de sinistros de trânsito.

OBJETO DO CONVÊNIO

O valor total do convênio é de R\$ 3.752.827,57 (três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos), com R\$ 375.282,76 (trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos) de contrapartida do município.

Entre as ações pro-

gramadas, estão: a substituição de semáforos em dois cruzamentos, a implantação de sete minirrotatórias, três pontos com faixas elevadas, mais de 40 faixas de pedestres distribuídas pela cidade e a instalação de 2.213 placas de sinalização entre regulamentação e advertência, além da implantação de canalizadores de fluxo e dispositivos sonorizadores em diversos trechos.

Em visita ao município para acompanhar o andamento do trabalho, o diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha

enfatizou que “a sinalização viária bem planejada orienta condutores e pedestres, organiza o fluxo de veículos e contribui diretamente para a redução de sinistros. O Detran-RO trabalha continuamente para aprimorar a segurança no trânsito e preservar vidas em todo o estado”, destacou.

De acordo com o prefeito de Jarú, Jeverson Luiz de Lima, as intervenções realizadas nas vias já demonstram resultados positivos em locais que antes registravam ocorrências frequentes.

De acordo com a en-

genheira civil da prefeitura de Jarú, Fabricia Cidro Silva, que acompanha o trabalho de sinalização, a maior parte do convênio, cerca de 60%, é para instalação de placas de sinalização, regulamentação e advertência. “Nos próximos dias iniciaremos a instalação dessas placas e, com isso teremos um avanço significativo na evolução da execução dos trabalhos”, explicou.

Texto: Luciane Gonçalves

Fotos: Luciane Gonçalves

Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878

Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açai, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editlagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Vai para a Câmara projeto que combate violência à mulher em áreas turísticas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou nesta quarta-feira (18) projeto que cria medidas de combate à violência contra as mulheres no turismo (PL 3.050/2025). Da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), o projeto recebeu voto favorável da relatora, senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO). Como tramitava em caráter terminativo, a matéria agora segue para a análise da Câmara dos Deputados.

— A violência, como se sabe, constitui obstáculo à participação plena das mulheres em atividades sociais, culturais, econômicas e de lazer, inclusive no turismo — afirmou a relatora.

O projeto modifica três leis para reforçar a proteção das mulheres.

Na Lei Geral do Turismo (Lei 11.771, de 2008), que define a Política Nacional de Turismo, o texto prevê a implementação de unidades de atendimento à mulher nas áreas turísticas mais sensíveis à violência de gênero, além da capacitação dos prestadores de serviços turísticos para garantir a segurança das mulheres viajantes.

O texto prevê a instalação de estruturas que

garantam a segurança das mulheres em pontos de embarque e desembarque do transporte público localizados em áreas consideradas inseguras, e penalidades para quem não colaborar com as iniciativas de combate à violência. São incentivadas pelo projeto as parcerias com o setor privado, para aprimorar as tecnologias contra a violência de gênero nos transportes e espaços turísticos públicos.

As empresas que prestam serviços de transporte por aplicativos deverão disponibilizar meios tecnológicos de alerta, para comunicação de ocorrências de segurança durante as viagens. Isso altera a Lei 12.587, de 2012, que define as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Outra mudança, desta vez no Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001), inclui o urbanismo sensível ao gênero entre as questões a serem analisadas na elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança, necessário para o licenciamento de empreendimentos e atividades, privados ou públicos, em área urbana.



Multas e interdições

A proposta prevê, em caso de incitação à violência contra as mulheres, a aplicação de multa, interdição de locais, atividades, estabelecimentos empresariais, empreendimentos ou equipamentos, além do cancelamento do cadastro do infrator.

Também estarão sujeitos a multa, cancelamento de classificação, interdição de local e cancelamento de cadastro aqueles que deixarem de colaborar com as iniciativas de combate à violência e à desigualdade de gênero.

— A aprovação do projeto representa uma ruptura com o passado que objetificava a mulher como atrativo, e uma afirmação de um novo modelo de turismo: inclusivo, respeitoso, de qualidade e baseado em direitos humanos — disse Professora Dorinha.

Audiências públicas

A CDH também aprovou uma série de requerimentos para a promoção de audiências públicas. Um deles (REQ 43/2026), do senador Magno Malta (PL-ES), pede um debate sobre os impactos sociais, econômicos e humanitários, da repactuação do ter-

mo de ajuste de conduta do desastre da barragem de rejeitos na região de Mariana (MG), em 2015.

Também foi aprovada uma audiência pública (REQ 48/2026) sugerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), para debater os conflitos atuais no planeta. O tema da audiência será "Por que não à guerra e sim à paz?".

A comissão ainda aprovou a realização de um debate sobre os direitos das pessoas com Síndrome de Down no Brasil. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) é a autora do requerimento (REQ 51/2026).

Fonte: Agência Senado

Versão Digital

agazetaderondonia.com.br

Comissão aprova redução de tributos sobre calcário para uso agrícola

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na quarta-feira (18) a redução de tributos incidentes sobre o calcário para uso agrícola. A intenção é incentivar a extração nacional e diminuir a dependência externa de fertilizantes.

O PL 3.591/2019, do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), reduz de 1% para 0,2% a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) incidente sobre o calcário para uso agrícola. Para isso, altera a Lei 8.001, de 1990, que define os percentuais de distribuição CFEM. O texto segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Heinze argumenta que o Plano Nacional de Mineração projeta aumento expressivo no consumo do agromineral, chegando a 94,1 milhões de toneladas até o fim da década, o que exige estímulos à produção interna.

— Quanto mais calcário nós usarmos (o que nós temos em qualquer canto do Brasil),

vai diminuir a quantidade de fertilizantes caros que o Brasil importa. Praticamente 90% dos fertilizantes que nós usamos hoje no Brasil são importados: potássicos, fosfatados e nitrogenados. Aqui está uma forma de reduzir a quantidade de fertilizantes e também potencializar os minerais que nós temos no solo — defendeu o autor.

No parecer favorável à proposta, o senador Chico Rodrigues (PSB-RR) afirmou que a falta de planejamento, a insuficiência de estoques e os efeitos da guerra na Ucrânia provocaram impactos imediatos na produção agropecuária brasileira. Segundo o senador, o país importa entre 60% e 85% dos fertilizantes que consome.

— A redução da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola vai fomentar a produção no Brasil, gerar emprego e contribuir, por certo, com o barateamento do custo de produção agrícola, merecendo, portanto,



ser aprovada pelo Senado — recomendou.

Alíquota

O senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), presidente da comissão, ressaltou que o calcário é essencial para a agricultura no Brasil, já que os solos são ácidos e precisam ser corrigidos antes da adubação. Para ele, o

ideal seria zerar a alíquota.

— Não se deveria cobrar nada, mas pelo menos simbolicamente fica aí 0,2%, para que não se diga que se tirou tudo do governo para incentivar a agricultura. A agricultura está sempre pagando. Em países lá fora, principalmente na Europa, se o governo não aportar

subsídio, subsídio, subsídio, não há produção — argumentou o senador.

O senador Jaime Bagatoli (PL-RO) lembrou que, além do custo dos tributos, há o custo do frete, que chega a custar quatro vezes o valor do mineral, dependendo da região.

Fonte: Agência Senado

Exportação de subprodutos do abate de bovinos será debatida na CRA

Foi retirado da pauta da Comissão de Agricultura (CRA) o projeto de lei que autoriza a exportação de subprodutos do abate de bois e de búfalos quando não houver demanda alimentar no país. Os senadores aprovaram requerimento para que o PL 6.682/2025 passe por audiência pública antes da votação.

O projeto, da Câmara dos Deputados, estava na pauta da reunião de quarta-feira (18) e tinha relatório favorável do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). A retirada de pauta

se deu após pedido da senadora Margareth Buzetti (PP-MT), para que fosse feita uma audiência de discussão técnica do texto (REQ 6/2026 - CRA).

“Causa preocupação o fato de a proposição avançar sem que tenha havido, até o momento, participação técnica mais efetiva da pasta responsável, especialmente considerando os possíveis reflexos regulatórios, operacionais, orçamentários e comerciais decorrentes de eventual alteração legislativa”, diz a senadora no pedido.

O projeto altera a norma que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal (Lei 1.283, de 1950) para prever que estabelecimentos com fiscalização estadual ou municipal integrados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal possam exportar, por meio de estabelecimentos com inspeção federal, subprodutos do abate de bois e búfalos que não tenham demanda alimentar no mercado nacional.

Atualmente muitos frigoríficos e abatedouros

sob serviço de inspeção estaduais e municipais não possuem autorização direta para exportar, uma vez que o reconhecimento sanitário internacional é atribuição da autoridade federal.

A data da audiência será definida pela comissão.

Pedido de informações

Na mesma reunião, os senadores aprovaram requerimento (REQ 7/2026 - CRA) do presidente da comissão, senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), para que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça uma auditoria nas atividades do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que dizem respeito ao marco regulatório dos pesticidas e dos produtos de controle ambiental (Lei 14.785, de 2023).

De acordo com o senador, seu gabinete tem recebido reclamações de entidades do setor agropecuário contra o Ibama, que estaria desconsiderando pontos da lei, como o que determina a coordenação do Ministério da Agricultura no processo de registro.

Fonte: Agência Senado



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COLORADO DO OESTE**

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2026

O Município de Colorado do Oeste-RO torna público a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 05/2026, em virtude de retificação no edital. Maiores informações, através do webmail: cplm@coloradodoeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste RO, 19 de março de 2026.

Eliene Medeiros Felix da Cruz
Pregoeira



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COLORADO DO OESTE**

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste torna público o Pregão Eletrônico Nº 07/2026, Processo Administrativo 2075/2025 – SEMPLAFIN, sendo como critério de julgamento MENOR PREÇO. Modo de disputa: ABERTO. Objeto: INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, SANITIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos. INÍCIO DA DISPUTA: 10/04/2026 às 09h00min. LOCAL: LICITANET – Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Compras supracitado e no Portal Transparência do Município www.coloradodoeste.ro.gov.br. Maiores informações, através do webmail: cplm@coloradodoeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste RO, 19 de março de 2026

Eliene Medeiros Felix da Cruz
Pregoeira



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA**

**AVISO DA LICITAÇÃO DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**

A Câmara Municipal de Cacaúlândia/RO, através da pregoeira comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 02/2026 através do portal <https://www.licitanet.com.br/>. O Edital e seus anexos estão disponíveis para retirada nos sites: <https://www.licitanet.com.br/>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, mais informações poderá ser adquirido através do e-mail compras@camaradecacaulandia.ro.gov.br ou cmc.cacau@gmail.com; Objeto: Registro de preço para eventual e futura Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em Condicionadores de Ar, com fornecimento e reposição de peças, acessórios e componentes eletrônicos, para atender a Câmara Municipal de Cacaúlândia/RO; Data da realização: às 09h30min do dia 06 de Abril de 2026, (Horário de Brasília); valor estimado: R\$ 8.261,96 (oito mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos); Critério de julgamento: menor preço por lote; modo de disputa: aberto; exclusivo para ME/EPP: SIM.

Cacaúlândia/RO, 19 de março de 2026.

Regina do Carmo Santos Gomes
Pregoeira



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026/SLC
PROCESSO Nº 2701/SEMA/2025**

O Município de Buritis-RO, através do seu pregoeiro interino designado pela Portaria 41/GAB/PMB/2026, torna pública a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ITEM). Tendo como objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, valor estimado: R\$ 1.887.501,60 (um milhão oitocentos e oitenta e sete mil quinhentos e um reais e sessenta centavos). Início da sessão pública virtual será às 10h00min do dia 07/04/2026 (Horário de Brasília-DF), endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, <http://www.buritis.ro.gov.br> ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br. Buritis – RO, 19 de março de 2026.

Ronei Eduardo dos Santos
Pregoeiro Interino

**A VIDA DE QUEM
PRECISA NÃO
PODE ESPERAR**

Seja um doador de sangue e de medula óssea.
Você tem em suas mãos a oportunidade de salvar vidas.

**DOE SANGUE
E MEDULA ÓSSEA**



**Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 07/2026

PROCESSO Nº: 308/2026

CELEBRAÇÃO: 17/03/2026

PARTES: Município de Nova União-RO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 08.987.945/0001-50 e a empresa SAG SAUDE E MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 60.239.088/0001-20.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de horas médicas que serão prestado para transferências inter-hospitalares, quando solicitado pela Central de Regulação de Urgência e Emergência ou pelo médico plantonista, especialmente em casos de gestantes em trabalho de parto no qual a Empresa Contratada irá deslocar para Hospital em outro Município no Estado de Rondônia acompanhando o paciente em emergência.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses contados a partir da data de sua assinatura.

DO VALOR GLOBAL: R\$ 71.300,00 (setenta e um mil e trezentos reais). Sendo empenhado inicialmente o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Nota de Empenho Ordinário Nº 349/2026 de 16/03/2026.

Nova União, 17 de março de 2026.

João José de Oliveira
Prefeito



**Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO
DE APOSTILAMENTO**

CONTRATO Nº 78/2025

PROCESSO Nº: 1105/2025

CELEBRAÇÃO: 19/03/2026

PARTES: Município de Nova União, inscrito no CNPJ sob nº 00.699.197/0001-07 e a empresa CONSTRUTORA VALTRAN LTDA inscrita no CNPJ (MF) sob nº 07.577.306/0001-54.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção de 2 Pontes Mista Concreto e Aço Linha 24 km 2 E km 5,5, através da emenda especial 202439450003.

DO VALOR: O valor global continua inalterado conforme os termos do Contrato de nº 78/2025.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Será prorrogado por 90 (noventa) dias, contados a partir de 21/03/2026.

Nova União RO, 19 de março de 2026.

João José de Oliveira
Prefeito



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES**

**AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 05/2026
PROCESSO Nº 2889/2026**

O Município de Cacoal-RO, através da Superintendência de Licitações - SUPEL torna público a realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA do tipo MENOR PREÇO, julgado pelo valor GLOBAL, modo de disputa ABERTO, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA DE 225KVA DA ESCOLA POLO EM TEMPO INTEGRAL, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Valor prévio: R\$ 185.364,90. Poderão participar desta concorrência eletrônica as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A abertura da sessão pública será no dia 07/04/2026 às 09h00 (Horário de Brasília-DF), no endereço <http://www.licitanet.com.br>. O presente certame será regido pela Lei Nº 14.133 de 2021. Obtenção do edital nos sites: <https://www.cacoal.ro.gov.br>, <https://www.licitanet.com.br>, <https://pncp.gov.br> ou diretamente na SUPEL no endereço: Complexo Beira Rio, Avenida Araçatuba (RO – 383), com a rua São Francisco S/N. Telefone: (69) 3443-8027. Horário: 07h30 às 13h30. Cacoal – RO, 19 de março de 2026.

Daniel Ferreira da Silva
Pregoeiro
Portaria 11/GP/26



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026
PROCESSO Nº 0001075-41.2025.6.22.8000**

OBJETO: Aquisição de equipamentos eletrônicos para fiscalização de obras, nos termos e condições estabelecidos no edital e em seus anexos integrantes.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço.

MODO DE FORNECIMENTO: Integral e imediato

ABERTURA: As propostas serão abertas no sistema Compras.Gov (www.gov.br/compras) às 14h30min do dia 8 de abril de 2026 (horário de Brasília). A sessão pública será operada diretamente no sistema Compras.Gov, no portal de compras do Governo Federal.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: A partir do dia 23 de março de 2026, nos sítios da internet www.gov.br/compras e www.tre-ro.jus.br ou, ainda, mediante solicitação formal através do e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

TELEFONES PARA INFORMAÇÕES: (69) 3211-2000/2082.

Porto Velho, 19 de março de 2026.

ANDERCLEIDSON REIS
Pregoeiro

Senado aprova uso imediato de tornozeleira por agressor de mulher

O Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (18), o Projeto de Lei (PL) nº 2942/2024 que permite à Justiça determinar o uso imediato de tornozeleira eletrônica pelo agressor de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, se for verificado o alto risco à vida delas. O objetivo é ampliar a proteção às vítimas.

De autoria dos deputados Fernanda Melchionna (PSol-RS) e Marcos Tavares (PDT-RJ), o projeto aprovado sem mudanças pelo Senado foi relatado pela senadora Leila Barros (PDT-DF). A proposta segue, agora, para a sanção da Presidência da República.

A senadora pelo Distrito Federal disse que o projeto aperfeiçoa a legislação ao garantir a aplicação imediata do monitoramento eletrônico como medida protetiva de urgência.

“Somada ao afastamento do agressor do convívio com a vítima, a tornozeleira amplia a proteção às mulheres, permitindo inclusive o acompanhamento em tempo real do agressor por um dispositivo que emite um alerta, em caso de aproximação”, explicou a parlamentar Leila Barros.

O texto também torna permanente o programa de monitoramento eletrônico e de acompanhamento de mulheres em situação de violência.

Vira regra

Pelo projeto de lei, a imposição imediata do uso da tornozeleira passa a ser regra em casos de alto risco de agressões graves às mulheres. O risco a ser avaliado deve ser atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher ou de seus dependentes.

A exigência da terminação de medida protetiva de urgência fortalece a proteção prevista na Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, aplicável em conjunto com outras.

Até a aprovação deste projeto de lei, a Lei Maria da Penha autoriza a aplicação do monitoramento, mas como algo opcional, e não o inclui no rol das medidas protetivas de urgência.

Além dos casos em que for verificado o risco iminente à integridade física ou psicológica da vítima, a imposição da tornozeleira será prioridade nos casos em que houver descumprimento de medidas protetivas anteriormente impostas.

Se o juiz decidir que a tornozeleira não deve ser mais usada como medida protetiva, o magistrado deverá justificar expressamente os motivos que o levaram a tomar a decisão.

Rastreamento pela vítima e pela polícia

O texto do projeto determina que, nas situações de uso da tornozeleira pelo agressor, deve ser entregue à mulher vítima um dispositivo portátil de rastreamento que alerte sobre eventual aproximação do agressor.

O aparelho de segurança vai emitir um alerta automático e simultâneo para vítima e para polícia, logo que o agressor romper a área de trânsito proibido, fixada judicialmente.

A iniciativa tem o objetivo de permitir o monitoramento ativo do cumprimento das restrições impostas.

Rigor para quem descumprir a lei

A imposição da tornozeleira também será prioridade nos casos em que houver descumprimento de medidas protetivas anteriormente impostas.

O texto aprovado aumenta a punição caso o agressor se aproxime da vítima ou se remover ou violar a tornozeleira sem autorização judicial.

Hoje, a pena de reclusão varia de 2 a 5 anos, mais multa. Com a proposta, os agravantes aumentam a pena de um terço à metade do tempo de reclusão.



Cidades pequenas

Em municípios em que não existe uma comarca, portanto, localidades sem um juiz de plantão, o uso da tornozeleira poderá ser determinada pelo delegado de polícia local.

Atualmente, o afastamento imediato do lar é a única medida protetiva que o delegado pode adotar nas localidades sem um representante do poder Judiciário.

O delegado deverá comunicar, em até 24 horas, à Justiça sobre determinação de monitoramento eletrônico. O juiz deverá decidir sobre a sua manutenção e comunicar a decisão ao Ministério Público.

O levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que, em 2024, 50% dos feminicídios ocorreram em cidades com até 100 mil habitantes. Naquele ano, apenas 5% das cidades possuíam delegacias da mulher e somente 3% dos municípios tinham acesso a uma casa-abrigo.

Mais dinheiro e campanhas

O projeto também aumenta de 5% para 6% a cota de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) que deve ser destinada ao combate à violência contra a mulher.

O dinheiro deverá ser empregado, prioritariamente, na

compra e manutenção das tornozeleiras eletrônicas e de dispositivos de alerta para as vítimas.

Segundo o projeto, as campanhas de enfrentamento da violência contra a mulher deverão contemplar informações sobre procedimentos e abordagens policiais, prevenção à revitimização, funcionamento das medidas protetivas de urgência e mecanismos de monitoração eletrônica.

Violência em números

A senadora Leila Barros classifica a violência doméstica como “uma verdadeira epidemia” e apresentou dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): em 2024, 966.785 novos casos de violência doméstica contra as mulheres foram analisados pela Justiça e foram concedidas 582.105 medidas protetivas.

Dados do levantamento Retrato dos Feminicídios no Brasil 2006-2026 produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública destacam que, em 2025, foram 1.568 mulheres vítimas de feminicídio no Brasil, crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior. Em relação a 2021, o aumento é 14,5%.

O relatório mostra também que, em 2024, 13,1% das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil foram assassinadas mesmo tendo

uma medida protetiva de urgência em vigor.

Desde que a Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015) tipificou o assassinato de mulheres por razões de gênero como crime hediondo, 13.703 mulheres foram vítimas do feminicídio, entre 2015 e 2025.

Como denunciar

É possível pedir ajuda e denunciar casos de violência doméstica e contra a mulher na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, um serviço gratuito que funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, e pode ser usado por mulheres em situação de violência ou qualquer pessoa que queira denunciar uma situação de violência contra a mulher.

O serviço está disponível também no WhatsApp: (61) 9610-0180 e pelo e-mail central180@mulheres.gov.br.

Denúncias de violência contra a mulher também podem ser apresentadas em delegacias especializadas de atendimento à mulher (Deam), em delegacias comuns e nas Casas da Mulher Brasileira. Saiba onde encontrar.

Ainda é possível pedir ajuda por meio do Disque 100, que recebe casos de violações de direitos humanos, e pelo 190, número da Polícia Militar.

Fonte: Agência Brasil



Governo de RO realiza entrega de 60 veículos ao Detran-RO na segunda-feira (23)

Fortalecer a atuação institucional do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran-RO), esse é o objetivo do governo de Rondônia, que realiza na segunda-feira (23), às 9h, no Palácio Rio Madeira, a solenidade de entrega de 60 veículos destinados à autarquia. A iniciativa integra o planejamento estratégico do Detran-RO, que prevê a modernização da frota utilizada nas atividades administrativas, educativas e de fiscalização em todo o estado.

Para o governador Marcos Rocha, “investir em estrutura e modernização é garantir que os órgãos do

governo tenham condições adequadas para trabalhar e atender melhor a população”. A disponibilização dos veículos ocorre por meio da contratação de empresa especializada em locação e gestão de frota, modelo que assegura maior eficiência administrativa e operacional ao órgão, incluindo serviços de manutenção, cobertura securitária e substituição imediata dos veículos em caso de necessidade. O contrato prevê investimento anual de R\$ 6.962.394,96, com vigência inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, conforme os limites estabelecidos pela

Lei nº 14.133/21.

O diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, destaca que a medida reforça o compromisso do governo estadual com a melhoria dos serviços públicos e a segurança no trânsito. “A renovação da frota permite ampliar a eficiência logística do Detran-RO, garantindo veículos adequados para ações educativas, operações de fiscalização em todo o estado e trabalhos demais administrativos”.

MODERNIZAÇÃO DA FROTA E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Três tipos de veículos serão disponibilizados ao

órgão, que vão atender diferentes demandas operacionais do departamento, incluindo atividades administrativas, transporte institucional e ações de fiscalização. Entre os modelos estão 46 caminhonetes administrativas, destinadas ao uso geral no perímetro urbano e em viagens intermunicipais, especialmente nas atividades de educação de trânsito, transporte de servidores e apoio às comissões examinadoras.

Também serão incorporadas cinco unidades do modelo SUV de grande porte, que serão utilizadas para transporte de servidores e

materiais sensíveis necessários ao desempenho das atividades institucionais. Outras nove caminhonetes serão destinadas exclusivamente às ações de fiscalização de trânsito, configuradas como viaturas operacionais, equipadas com barra sinalizadora acústico-visual em LED e sistema de radiocomunicação, para fortalecer as atividades de fiscalização e ampliar a capacidade de atuação do Detran-RO nas diferentes regiões do estado.

Texto: Renan Cividati
Fotos: Daiane Mendonça
Secom - Governo de Rondônia

AMATUR



+de 20
destinos
pela Amazônia

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**